

BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A.
CNPJ 02.628.150/0001-70

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2024: Senhores Acionistas: Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Permanecemos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários. Cachoeiro de Itapemirim, 28 de março de 2025.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)			Passivo e patrimônio líquido			2024	2023
Ativo	2024	2023	Circulante				
Circulante			Fornecedores (Nota 10)	3.909	3.316		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	32.056	30.168	Passivo de arrendamento (Nota 11.1)	1.189	827		
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	26.039	23.757	Debêntures (Nota 11.2).....	23.424	457		
Adiantamentos a fornecedores.....	13.204	15.000	Salários e encargos sociais (Nota 12)	4.537	4.396		
Tributos a recuperar	1.343	1.049	Tributos a pagar	2.799	2.150		
Estoques	1.875	1.312	Dividendos a pagar	20			
Outros ativos	978	356	Outros passivos.....	467	503		
	<u>75.495</u>	<u>71.642</u>		<u>36.345</u>	<u>11.649</u>		
Não circulante			Não circulante				
Contas a receber, líquidas (Nota 6)	837	1.252	Passivo de arrendamento (Nota 11.1)	451	210		
Fundos restritos.....	181		Debêntures (Nota 11.2).....	203.139	138.882		
Tributos a recuperar.....	1.126	1.712	Partes relacionadas (Nota 13)	1.777	1.666		
Partes relacionadas (Nota 13).....	83.042		Imposto de renda e contribuição social diferi-				
Depósitos judiciais.....	2.231	1.086	dos (Nota 14 (a)).....	8.816	8.630		
Outros ativos.....	83		Provisões para riscos (Nota 15)	310	348		
	<u>87.500</u>	<u>4.050</u>	Benefícios a empregados (Nota 16)	152	234		
Ativos de contrato (Nota 7)	4.083	2.192	Outros passivos.....	171	15		
Ativo de direito de uso (Nota 8)	1.483	851		<u>214.816</u>	<u>149.985</u>		
Intangível (Nota 9).....	160.246	159.737	Patrimônio líquido (Nota 17)				
	<u>253.312</u>	<u>166.830</u>	Capital social.....	61.742	61.742		
			Reserva de capital	31	31		
			Reservas de lucros	15.730	15.069		
			Ajuste de avaliação patrimonial.....	143	(4)		
				<u>77.646</u>	<u>76.838</u>		
Total do ativo	328.807	238.472	Total do passivo e patrimônio líquido	328.807	238.472		

Demonstrações dos resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	2024	2023
Receita líquida de serviços e vendas (Nota 18 (a)).....	143.972	128.626
Custos dos serviços prestados e vendas (Nota 18 (b)).....	(61.759)	(59.763)
Lucro bruto.....	82.213	68.863
Receitas (despesas) operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 18 (b)).....	(25.187)	(28.917)
Perdas de créditos esperadas (Nota 18 (b)).....	(1.236)	(460)
Outras receitas (despesas) (Nota 18 (b)).....	121	(4)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras	55.911	39.482
Resultado financeiro (Nota 18 (c))		
Receitas financeiras	8.632	7.032
Despesas financeiras	(27.630)	(25.284)
Resultado financeiro, líquido	(18.998)	(18.252)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.913	21.230
Imposto de renda e contribuição social correntes (Nota 14 (b)).....	(6.937)	(3.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 14 (b))	(110)	191
Lucro do exercício.....	29.866	17.465
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 17 (f)).....	8,78	5,13

Demonstrações dos resultados abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro do exercício.....	29.866	17.465
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado: (Nota 17 (g))		
Obrigações com benefícios pós-emprego.....	222	(155)
Efeito fiscal.....	(76)	53
	<u>146</u>	<u>(102)</u>
Total do resultado abrangente do exercício.....	30.012	17.363

Demonstrações dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	36.913	21.230
Ajustes		
Amortização	8.204	7.836
Amortização ativo de direito de uso	1.348	1.120
Valor residual do ativo intangível baixados	8	3
Valor residual do ativo de direito de uso baixados	(80)	8
Perdas de créditos esperadas	1.236	460
Provisão para riscos	43	124
Rendimento de fundos restritos	(42)	(3)
Margem de lucro de construção	(193)	(189)
Obrigação com benefícios pós-emprego	144	79
Ajuste a valor presente	271	260
Juros e variações monetárias, líquidos	<u>20.932</u>	<u>21.098</u>
	68.784	52.026
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	(3.103)	693
Adiantamentos a fornecedores	1.796	(15.000)
Tributos a recuperar	292	(1.007)
Estoques	(563)	(1)
Depósitos judiciais	(1.145)	95
Outros ativos	(705)	32
Fornecedores	508	(450)
Salários e encargos sociais	141	(63)
Tributos a pagar	(3.514)	(318)
Provisões para contingências	(81)	(186)
Partes relacionadas	111	1
Outros passivos	<u>100</u>	<u>(3.492)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	62.621	32.330
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(5.319)</u>	<u>(3.666)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>57.302</u>	<u>28.664</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Fundos restritos	(139)	1.356
Adições aos ativos de contrato e intangível	<u>(10.334)</u>	<u>(8.737)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(10.473)</u>	<u>(7.381)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital social pagos	(26.834)	(14.923)
Amortização de passivo de arrendamento	(1.568)	(1.320)
Ingressos de debêntures	220.000	30.000
Amortização de debêntures	(140.000)	
Juros pagos de debêntures	(12.960)	(20.337)
Custo de transação sobre ingresso de debêntures	(3.190)	(353)
Parte relacionadas	<u>(80.389)</u>	
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(44.941)</u>	<u>(6.933)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.888	14.350
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>30.168</u>	<u>15.818</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>32.056</u>	<u>30.168</u>

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Reserva de Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2023	61.742	31	11.600	926	99		74.398
Resultado do exercício:							
Lucro do exercício.....						17.465	17.465
Outros resultados abrangentes:							
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 17 (g))....					(102)		(102)
Total do resultado abrangente do exercício					(102)	17.465	17.363
Dividendos intermediários.....						(6.150)	(6.150)
Juros sobre capital próprio.....				(8.773)			(8.773)
Constituição de reservas (Nota 17 (c) e (d)).....		747	10.568			(11.315)	
Em 31 de dezembro de 2023	61.742	31	12.347	2.721	(3)		76.838
Resultado do exercício:							
Lucro do exercício.....						29.866	29.866
Outros resultados abrangentes:							
Obrigações com benefícios pós-emprego (Nota 17 (g))....					146		146
Total do resultado abrangente do exercício					146	29.866	30.012
Dividendos intermediários (Nota 17 (e)).....				(2.721)		(10.819)	(13.540)
Juros sobre capital próprio (Nota 17 (e)).....						(15.664)	(15.664)
Constituição de reservas (Nota 17 (c) e (d)).....			3.383			(3.383)	
Em 31 de dezembro de 2024	61.742	31	12.347	3.383	143		77.646

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Informações gerais: A BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A. (“Companhia”) foi constituída em 2 de julho de 1998, com o objetivo de captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários, atuando no perímetro urbano do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, mediante concessão, obtida em 14 de julho de 1998, com duração inicial de 30 anos. A sede da Companhia está localizada na Praça Alvim Silveira, nº 1, Ilha da Luz, Cachoeiro de Itapemirim, Espírito Santo. Em 12 de junho de 2006, a Companhia assinou o sétimo termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que aumentou o prazo da concessão para mais 7 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato de 2028 para 2036. Em 29 de dezembro de 2011, a Companhia assinou o nono termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que aumentou o prazo da concessão para mais 12 anos e 6 meses, ajustando o término do referido contrato de 2036 para 2048. Tal alteração visou promover o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Em 17 de agosto de 2016, a Companhia assinou o décimo termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que incorporou ao contrato de concessão a obrigação de executar obras na extensão de rede de água não previstas no contrato de concessão original. Em 21 de maio de 2019, a Companhia assinou o décimo primeiro termo de aditamento ao contrato de concessão, junto à Prefeitura Municipal de Cachoeiro, que incorporou ao contrato de concessão a obrigação de estender a prestação dos serviços públicos de abastecimento de água potável, precedido da execução de rede de distribuição de água tratada à localidades de Girona, Quilômetro Nove, Timbó, Monte Líbano, Morro Grande, Zona Rural de Tijuca e Safra, não previstas no contrato de concessão original. O Poder Concedente pagou a Companhia o valor de R\$ 2.461.529,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e um mil quinhentos e vinte e nove reais), durante os exercícios de 2019 e 2020, por meio de subvenção para investimentos nos termos do Processo Administrativo nº 53-32.184/2018, para fazer face a recomposição da equação econômica – financeira do contrato, decorrente de nova obrigação de inclusão de investimento relacionada à execução das obras impostas por este Aditi-

vo. O pagamento da outorga é variável, e o contrato é reajustado anualmente através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). A Companhia tem o direito pleno de utilizar o ativo concedido ao longo do período estipulado, seguindo as condições acordadas. Além disso, é responsável por realizar investimentos, conforme compromissos e/ou obrigações definidas no contrato de concessão para aprimorar e ampliar os sistemas, estipulado em contrato. Esses investimentos podem ser objeto de discussão com o poder concedente, por meio de aditivos contratuais e negociações eventuais. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia é parte integrante do Grupo Brookfield (“Grupo”), sendo controlada direta da BRK Ambiental. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria da Companhia em 28 de março de 2025. **(a) Programa SOX:** A Companhia, sendo uma controlada indireta da Brookfield Business Corporation, uma companhia pública com registro na SEC – Securities and Exchange Commission, segue as diretrizes de controles internos do seu acionista controlador, o qual segue a Seção 404 da Lei Norte-Americana Sarbanes-Oxley (“SOX”), que visa prevenir, detectar e tratar qualquer potencial inconformidade, com efeito material relacionada às informações financeiras arquivadas na SEC pelo seu acionista controlador. A exigência de conformidade com a Seção 404 da SOX se aplica exclusivamente ao acionista controlador. **(b) Programa de Compliance:** A BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia, estão comprometidas em realizar as suas atividades com integridade e com os mais altos padrões éticos e de transparência, tomando por base o cumprimento das legislações e regulamentações aplicáveis, e adotando uma postura de tolerância zero a atos de corrupção, discriminação e comportamentos antiéticos. Dessa forma, a BRK Ambiental e suas controladas estabeleceram em sua governança corporativa a adoção de um Programa de Compliance que determina as diretrizes que devem orientar as relações internas e externas de seus funcionários, administradores, diretores, conselheiros e acionistas. Este Programa visa consolidar as iniciativas para a promoção e o fortalecimento da cultura ética e de integridade e para a mitigação de riscos por meio de mecanismos de prevenção, detecção e resposta de atos ilícitos e indesejados. A BRK Ambiental é signatária do Pacto Empresarial pela Integridade e contra a Corrupção, que une empresas com o objetivo de promover um mercado mais íntegro e erradicar o suborno e a corrupção. A BRK Ambiental também é

signatária do Pacto Global das Nações Unidas, uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), que busca mobilizar a comunidade empresarial internacional em prol de uma relação mais próxima com as áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Em termos de governança e compliance, a BRK Ambiental e suas controladas, incluindo a Companhia também são certificadas pela ISO 37.001, que trata sobre o sistema de gestão antissuborno e anticorrupção. Renovamos o certificado até 2027 e aderimos ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, uma iniciativa da Controladoria Geral da União (“CGU”), com a qual reafirmamos publicamente nosso compromisso com a integridade em todos os aspectos da nossa atuação. **(c) ESG: Impacto ambiental, social e práticas de governança:** Em 2024, a BRK Ambiental reavaliou seu programa de sustentabilidade através do ESG *Risk Rating* da *Sustainalytics*, que classificou seu risco como baixo, obtendo (13.0) como resultado. O *rating* avalia o grau de robustez das práticas ESG da empresa. Mais de 16 mil empresas no mundo passaram por esse processo. A BRK Ambiental atualmente é a primeira das Américas e a terceira no mundo entre empresas de saneamento, no ESG *Risk Rating* da *Sustainalytics*, organização internacional, que mede a exposição e o gerenciamento de riscos ESG das empresas. Com a manutenção, ao longo de 2024, da classificação de risco baixo a Companhia foi reconhecida pela *Sustainalytics* com os selos *industry top rated* e *regional top rated*. **(d) Autoprodução de energia elétrica:** Em 20 de fevereiro de 2024, a Companhia e a São Mamede III Geração Solar Energia Ltda (“Elera”) celebraram um acordo para a constituição de um consórcio de autoprodução de energia através de uma central de painéis solares, localizada na cidade de Janaúba em Minas Gerais, que fornecerá energia para a Companhia, conforme estabelecido no contrato de consórcio. Nesta mesma data foi assinado o contrato de consórcio junto Companhia, no qual fica estabelecido que a Elera será a Consorciada Líder. A Companhia deterá de parte da geração de energia a ser utilizada em suas operações, enquanto a Consorciada Líder será aquela responsável pela operacionalização da central de energia, onde está previsto uma capacidade instalada de 48,118 MWac, geração certificada média estimada P50 de 16,15 Mw médios e início de operação previsto para o exercício de 2025. **2 Políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente pela Companhia no exercício apresentado, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Estas demonstrações financeiras foram preparadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma. As demonstrações financeiras para o exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas no curso normal dos negócios, no pressuposto de sua continuidade operacional e na manutenção do compromisso formal de suporte financeira dos acionistas controladores. A Administração não identificou incerteza significativa sobre a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e tem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para

as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **2.2 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. Se as restrições contratuais sobre o uso de caixa corresponderem a um período superior a 12 meses, são classificados como não circulante no balanço patrimonial. **2.3 Fundos restritos:** Os fundos restritos representam depósitos bancários cuja utilização é vinculada ao cumprimento de obrigações contratuais de debêntures e retidos até o vencimento de cada contrato. Os valores são remunerados, em sua maioria, pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”). **2.4 Contas a receber e perdas de créditos esperadas:** As contas a receber correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, calculadas com base na análise dos créditos e registradas no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber, nota 3 (f). Os direitos a faturar de clientes são assim classificados: **(a) Contratos de concessão (Ativo financeiro):** São representados pelos direitos a faturar decorrentes das receitas de construção dos contratos de concessão pública com ativo financeiro, reconhecidos na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro da concedente pelos serviços de construção. **(b) Contratos de concessão (Intangível):** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. Essas receitas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em especificações de cada venda ou prestação de serviço, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência. **2.5 Estoques:** Os estoques contemplam os materiais destinados à operação e manutenção dos sistemas, e são avaliados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor de realização, sendo classificados no ativo circulante. **2.6 Ativos financeiros e não financeiros. 2.6.1 Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob a categoria de mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. Atualmente a Companhia apresenta todos os seus ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou a valor justo por meio de resultado, nota 4.4. Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço. **2.6.2 Reconhecimento e mensuração:** Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados ao valor justo por meio do resultado. As compras e vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. **2.6.3 Impairment de ativos financeiros e não financeiros. (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia anualmente se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A análise é realizada de forma individual, considerando diferentes premissas financeiras e de negócios para avaliar se há ou não indício de *impairment*. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável (*impair-*

ment) são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **(b) Ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – “UGCs”). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Não foram identificadas evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* tanto para ativos financeiros, quanto para os não financeiros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. **2.7 Ativos de contrato:** O Ativo de contrato é reconhecido inicialmente pelo valor justo e inclui custos capitalizados durante o período em que o ativo se encontra em fase de construção. **2.8 Intangíveis. (a) Sistema de água e esgoto:** A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário, presente nos contratos de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecido conforme Nota 2.14 (c). O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia (Nota 3 (d)). A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. **(b) Direito de concessão:** O direito de concessão refere-se à outorga registrada na concessão no ativo intangível (Nota 9) e as respectivas obrigações relacionadas aos pagamentos futuros (exigibilidades) estão registradas no passivo circulante. A amortização reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. **(c) Softwares:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e fazer com que estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. **(d)**

Capitalização de juros e encargos financeiros: Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção de um ativo intangível qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. **2.9 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, reconhecidas ao valor justo, sendo classificadas como passivos circulantes. A Companhia não possui risco sacado. **2.10 Debêntures:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento das debêntures são reconhecidas como custos da transação das respectivas operações uma vez que seja provável que uma parte ou todo empréstimo seja sacado. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidas, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período que são incorridos. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os juros pagos sobre debêntures como atividade de financiamento. **2.11 Arrendamentos:** A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **(i) Arrendatário:** A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. **(ii) Ativos de direito de uso:** A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos de 1 a 5 anos. **(iii) Passivos de arrendamento:** Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixo (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob

garantias de valor residual. **2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os tributos correntes e diferidos. **(i) Imposto de renda e contribuição social correntes:** O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras. **(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e adições ou exclusões temporárias. As alíquotas desses tributos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25,00% de imposto de renda e de 9,00% para a contribuição social. Com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários que podem sofrer alterações, os tributos diferidos ativos são reconhecidos por ser provável que o lucro futuro tributável será compensado com os saldos de prejuízos fiscais e base negativa acumulados (Nota 3 (a)). **2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. Adicionalmente, a Companhia classifica na demonstração do fluxo de caixa os dividendos e juros sobre capital próprio pagos como atividade de financiamento. **2.14 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço. **(a) Receita de serviços de água e esgoto:** A receita de prestação de serviço de água e esgoto é reconhecida por ocasião do consumo de água e esgoto ou por ocasião do consumo de outras prestações de serviços. As receitas, incluindo a parcela não faturada, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber. **(b) Receita de venda:** A receita de venda compreende o excedente de energia elétrica gerado pela Pequena Central Hidrelétrica (“PCH”), e é reconhecida na medida em que o excedente de energia gerado é disponibilizado na rede de distribuição multiplicado pelo preço de mercado. **(c) Receita de construção:** A receita de construção foi estimada considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura de cada contrato e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo intangível, presente no contrato de concessão pública (ICPC 01 (R1)) e OCPC 05, e nos contratos com arrendamentos financeiros (CPC 06 (R2)) já que a Companhia adota como prática a terceirização dos serviços de construção, com riscos de construção assegurados nos contratos de prestação de serviços e por seguros específicos de construção. A receita de construção é determinada e reconhecida, mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. A margem de lucro utilizada em 2024 e 2023 é de 2%. Essa receita é reconhecida juntamente com os respectivos tributos diferidos e custos de construção na demonstração do resultado de sua competência, e está diretamente

relacionada aos respectivos ativos formados. **2.15 Provisões:** As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos desembolsos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.16 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido da Companhia. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **2.17 Benefícios a empregados. (a) Obrigações de aposentadoria:** A Companhia disponibiliza um plano de Previdência Complementar através de entidade fechada de Previdência Complementar. Uma Entidade sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos. **(b) Outros benefícios pós-emprego:** A Companhia concede determinados benefícios de assistência à saúde (“plano de saúde”) pós-emprego aos funcionários elegíveis. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até um tempo mínimo de vínculo e/ou idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado e ter sido contribuinte na manutenção do plano de saúde. O custo do plano de saúde pós-emprego é arcado pelo funcionário através de emissão de apólice individual. A Companhia reconhece as obrigações com benefícios pós-emprego correspondente ao valor presente das obrigações atuariais de longo prazo, originado pelo subsídio que é concedido pela empresa aos inativos, ou seja, correspondente à diferença entre o custo do beneficiário e sua contribuição ao longo do tempo. As obrigações com benefícios pós-emprego são avaliadas em função dos cadastros individuais dos funcionários participantes (empregados ou aposentados), incluindo seus dependentes, dos custos dos planos de saúde e das hipóteses atuarias que projetam os benefícios futuros. A Companhia acompanha as mudanças nestes cenários periodicamente, através de avaliação realizada por atuários independentes e, as remensurações compreendendo ganhos e perdas atuariais, são reconhecidas imediatamente no balanço patrimonial em contrapartida a outros resultados abrangentes no período em que ocorram. **(c) Participação nos lucros:** A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação nos lucros tem como base os resultados alcançados pela Companhia e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa. **2.18 Pronunciamentos novos ou revisados em 2024:** A Companhia revisou certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1): Em janeiro de 2024, o CPC emitiu alterações ao

CPC 03 (R2) – Demonstrações do Fluxo de Caixa e ao CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação a fim de esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais decorrentes desses acordos. Os requisitos de divulgação têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. CPC 06 (R2) – Arrendamentos: Passivo de locação em um *Sale and Leaseback* (Transação de venda e arrendamento de volta): Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações ao CPC 06 (R2) – Arrendamentos, através da revisão 23, para determinar os requisitos que um vendedor-arrendatário deve utilizar na mensuração da responsabilidade de locação numa transação de venda e arrendamento de volta, com o intuito de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer montante do ganho ou perda que esteja relacionado com o direito de uso que ele mantém. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente as transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do CPC 06 (R2) – Arrendamentos. A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 26 (R1): Classificação de passivos como circulante ou não circulante: Em novembro de 2023, o CPC emitiu alterações nos parágrafos 60 a 76 do CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. Adicionalmente, uma exigência de divulgação é requerida quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de postergar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações se aplicam para períodos que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.19 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC): Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o CPC emitiu o IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC), que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. O IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC) introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções”

identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 (a ser traduzido pelo CPC) e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. A Companhia está trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras. IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC): Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações: Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC), que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC) entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida. Como os instrumentos patrimoniais da Companhia são negociados publicamente, ela não é elegível para aplicação do IFRS 19 (a ser traduzido pelo CPC). Alterações ao CPC 18 (R3) – Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto e a ICPC 9 (R3) – Demonstrações individuais, demonstrações separadas, demonstrações consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial: Em setembro de 2024, o CPC emitiu alterações ao CPC 18 (R3) e à ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do CPC 18 (R3) contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações contábeis individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas demonstrações contábeis separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à norma atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICPC 09 estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade: Em setembro de 2024, o CPC, emitiu a revisão de pronunciamentos técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo *Lack of Exchangeability* emitido pelo IASB, com alterações no CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade. As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e

orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar a taxa de câmbio que reflita as condições de mercado. Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa. O pronunciamento também destaca a importância das divulgações sobre moedas não conversíveis, para que os usuários das demonstrações contábeis compreendam os impactos financeiros, riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **3 Estimativas e políticas contábeis materiais:** As estimativas e políticas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão contempladas a seguir: **(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos:** A Companhia reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. A Companhia mantém o registro permanente de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as seguintes bases: (i) prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social; (ii) receitas e despesas contábeis temporariamente não tributáveis e indedutíveis, respectivamente; e (iii) receitas e despesas fiscais que serão refletidas contabilmente em períodos posteriores. O reconhecimento e o valor dos tributos diferidos ativos dependem da geração futura de lucros tributáveis, o que requer o uso de estimativas relacionadas ao desempenho futuro da Companhia. Essas estimativas estão contidas no Plano de Negócios, que é aprovado anualmente pela Administração da Companhia. Anualmente, a Companhia revisa a projeção de lucros tributáveis. Se essas projeções indicarem que os resultados tributáveis não serão suficientes para absorver os tributos diferidos, são feitas as baixas correspondentes à parcela do ativo que não será recuperada. Os prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social não expiram no âmbito tributário brasileiro. **(b) Reconhecimento da receita de construção:** A Companhia usa o método de custo acrescido de margem para reconhecimento das receitas provenientes de prestação de serviços de construção da infraestrutura dos contratos de concessão e tal método requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.14 (c). **(c) Receita não faturada:** A Companhia registra as receitas ainda não faturadas, porém incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período. A definição dos valores das receitas ainda não faturadas requer a uso de certas estimativas, conforme descrito na Nota 2.4 (b). **(d) Vida útil dos ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis da concessão de serviços público são amortizados pelo método linear e refletem o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, podendo ser o prazo final da concessão, ou a vida útil do ativo, o que ocorrer primeiro. Os ativos intangíveis têm a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. **(e) Provisões para riscos:** As provisões para

riscos existentes na Companhia estão ligadas, principalmente, a discussões nas esferas judiciais e administrativas decorrentes, em sua maioria, de processos trabalhistas, previdenciários, cíveis, tributários e ambientais. A administração da Companhia, apoiada na opinião dos seus assessores jurídicos externos, classifica esses processos em termos da probabilidade de perda da seguinte forma: **• Perda provável:** são processos com maior probabilidade de perda do que de êxito ou, de outra forma, a probabilidade de perda é superior a 50%. Para esses processos, a Companhia mantém provisão contábil que é apurada da seguinte forma: (i) processos trabalhistas – o valor provisionado corresponde ao valor de desembolso estimado pelos seus assessores jurídicos; (ii) processos tributários – o valor provisionado corresponde ao valor da causa acrescido de encargos correspondentes à variação da taxa Selic; e (iii) demais processos – o valor provisionado corresponde ao valor da causa; **• Perda possível:** são processos com possibilidade de perda maior que remota. A perda pode ocorrer, todavia os elementos disponíveis não são suficientes ou claros de tal forma que permitam concluir que a tendência será de perda ou ganho. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e destaca em nota explicativa os de maior relevância, quando aplicável; e **• Perda remota:** são processos para os quais o risco de perda é avaliado como pequeno. Para esses processos, a Companhia não faz provisão e nem divulgação em nota explicativa, independentemente do valor envolvido. A administração da Companhia acredita que as estimativas relacionadas à conclusão dos processos e a possibilidade de desembolso futuro podem mudar em face do seguinte: (i) instâncias superiores do sistema judicial podem tomar decisão em caso similar envolvendo outra companhia, adotando interpretação definitiva a respeito do caso e, conseqüentemente, antecipando a finalização de processo envolvendo a Companhia, sem qualquer desembolso ou implicando na necessidade de liquidação financeira do processo; e (ii) programas de incentivo ao pagamento dos débitos, implementado no Brasil a nível Federal e Estadual, em condições favoráveis, que podem levar a um desembolso inferior ao que se encontra provisionado ou inferior ao valor da causa. **(f) Perdas de créditos esperadas:** A Companhia registra as perdas de créditos esperadas em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas prováveis (Nota 6), com base na análise do saldo de contas a receber de clientes e de acordo com a política contábil estabelecida na Nota 2.4 (b). A metodologia para determinar tais perdas exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores entre os quais a avaliação do histórico de recebimento, ações comerciais, eventuais garantias contratuais, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas e vencimento da carteira de contas a receber. **4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro: Considerações gerais:** A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, fundos restritos, contas a receber, contas a pagar a fornecedores, debêntures, partes relacionadas e outros passivos. Os instrumentos financeiros operados pela Companhia têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio da Companhia. A Companhia não participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos). **(a) Risco de mercado. (i) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros:** O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros da Companhia decorre dos seguintes instrumentos financeiros: (i) aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados, principalmente, a taxa de CDI; e (ii) passivo de arrendamento e debêntures que estão atrelados a indexadores diversos. Apresentamos a seguir os impactos estimados

nos instrumentos financeiros que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos relevantes de flutuação nas taxas de juros às quais a Companhia está exposta no final do período. O cenário provável foi calculado considerando uma taxa projetada para o período de doze meses e tomou como base as projeções disponíveis no mercado e o *spread* médio, detalhadas no quadro abaixo, para mensurar os impactos da mudança destas variáveis sobre os saldos de 31 de dezembro de 2024 para os próximos doze meses. Os demais fatores de risco foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

		Saldos patrimoniais					
		2024					
		Ativo		Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa:							
Aplicações financeiras		Risco	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Em CDI.....	Redução do CDI	4.934	6.168	7.401	3.701	2.467	
Fundos restritos							
Em CDI.....	Redução do CDI	29	36	44	22	15	
Passivo de arrendamento							
Em IGPM.....	Aumento do IGPM	(80)	(100)	(120)	(60)	(40)	
Debêntures							
Em CDI.....	Aumento do CDI	(40.245)	(49.090)	(57.934)	(31.401)	(22.556)	
		(35.362)	(42.986)	(50.609)	(27.738)	(20.114)	

Indicadores de Macroeconomia	Fonte	Projeções	Extração	Data base	2024
104,26%	Média ponderada Aplicações Livres	12 meses	03/01/2025	30/12/2024	16,12%
103,24%	Média ponderada fundos restritos	12 meses	03/01/2025	30/12/2024	15,95%
CDI.....	B3	12 meses	03/01/2025	30/12/2024	15,41%
IGPM.....	BACEN	12 meses	03/01/2025	30/12/2024	4,87%

(b) Risco de crédito: A política da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis é inerente ao modelo de negócio da Companhia, o que mitiga eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber. A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos, predominantemente em bancos cuja classificação de *rating* é AA+ e AAA, conforme avaliação da agência S&P e Fitch. A exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, fundos restritos e contas a receber na data do balanço (Notas 5, 2.3 e 6). **(c) Risco de liquidez:** Para administrar a liquidez do caixa, premissas de desembolsos e recebimentos futuros foram estabelecidas e são monitoradas diariamente pela área de tesouraria. **4.2 Gestão de capital:** O objetivo da Companhia ao administrar seu capital é salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. Em benefício de sua gestão, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações para otimizar sua estrutura de capital. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de debêntures e passivo de arrendamento (incluindo valores circulantes e não circulantes), conforme demonstrados no balanço patrimonial, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e fundos restritos. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. O índice de alavancagem financeira, correspondente à dívida líquida dividida pelo total do capital, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, podem ser assim sumarizados:

	2024	2023
Debêntures (Nota 11.3).....	226.563	139.339
Passivo de arrendamento (Nota 11.2)	1.640	1.037
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....	(32.056)	(30.168)
(-) Fundos restritos.....	(181)	
Dívida líquida.....	195.966	110.208

		2024	
		Ativo	Passivo
Caixa e equivalentes de caixa:			
Aplicações financeiras			
Em CDI.....		30.617	
Fundos restritos			
Em CDI.....		181	
Passivo de arrendamento			
Em IGPM.....			(1.640)
Debêntures			
Em CDI.....			(229.575)

		Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Caixa e equivalentes de caixa:						
Aplicações financeiras						
Em CDI.....		4.934	6.168	7.401	3.701	2.467
Fundos restritos						
Em CDI.....		29	36	44	22	15
Passivo de arrendamento						
Em IGPM.....		(80)	(100)	(120)	(60)	(40)
Debêntures						
Em CDI.....		(40.245)	(49.090)	(57.934)	(31.401)	(22.556)
		(35.362)	(42.986)	(50.609)	(27.738)	(20.114)

	2024	2023
Total do patrimônio líquido	77.646	76.838
Total do capital	273.612	187.046
Índice de alavancagem financeira – %	72%	59%

4.3 Estimativa do valor justo: Caixa, equivalentes de caixa e fundos restritos são compostos, basicamente, por fundos de investimentos, remunerados com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de créditos esperadas e Ajuste a Valor Presente (“AVP”), estejam próximos de seus valores justos. As debêntures foram projetadas até a data de vencimento final de acordo com as taxas contratuais, descontadas a valor presente às taxas de mercado futuro de juros obtidas no site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Administração concluiu que para todos os instrumentos financeiros, ativos e passivos da Companhia, considerando os prazos de vencimento, sua natureza e comparando as taxas de juros contratuais com as de mercado em operações similares, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os instrumentos financeiros apresentados, estão classificados como Nível 2 na hierarquia de valor justo, que correspondem a aplicações financeiras e debêntures. **4.4 Instrumentos financeiros por categoria:** Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados da seguinte forma:

		2024		2023	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros pelo custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5).....		32.056	32.056	30.168	30.168
Contas a receber, liqui-					
das (Nota 6).....		26.876	26.876	25.009	25.009
Fundos restritos.....		181	181		
Depósitos judiciais.....		2.231	2.231	1.086	1.086
		61.344	61.344	56.263	56.263
Passivos financeiros pelo custo amortizado					
Fornecedores (Nota 10)		(3.909)	(3.909)	(3.316)	(3.316)

Debêntures (Nota 11.3) (226.563) (221.567) (139.339) (140.399)				
Passivo de arrendamento (Nota 11.2).....	(1.640)	(1.640)	(1.037)	(1.037)
Partes relacionadas (Nota 13).....	(1.777)	(1.777)	(1.666)	(1.666)
Outros passivos.....	(482)	(482)	(518)	(518)
	<u>(234.371)</u>	<u>(229.375)</u>	<u>(145.876)</u>	<u>(146.936)</u>

5 Caixa e equivalentes de caixa	2024	2023
Bancos conta movimento.....	1.439	1.247
Aplicações financeiras (i).....	30.617	28.921
	<u>32.056</u>	<u>30.168</u>

(i) O saldo de aplicações financeiras está representado, substancialmente, por fundos de investimento em renda fixa, com liquidez imediata e remuneração relacionada à média ponderada sobre rendimento das aplicações de aproximadamente 104,3% do CDI (2023 – 102,7%). **6 Contas a receber, líquidas**

Contas a receber de clientes	2024	2023
Clientes públicos e privados (i).....	24.327	23.546
Energia elétrica (ii).....	5.932	3.891
Perdas de créditos esperadas.....	(3.383)	(2.428)
	<u>26.876</u>	<u>25.009</u>
Circulante.....	26.039	23.757
Não circulante.....	837	1.252

(i) O saldo refere-se à prestação de serviço de saneamento básico cobrado diretamente dos usuários no Município de Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo. (ii) O saldo refere-se ao faturamento de excedente de energia elétrica. (Nota 2.14 (b)). Todas as contas a receber e direitos a faturar da Companhia são denominadas em reais e estão apresentadas líquidas de provisão para perdas de créditos esperadas. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui direitos creditórios cedidos em contas a receber como garantia de debêntures. Nesta data o saldo devedor das debêntures, que possuem essa garantia é de R\$ 229.576 (2023 – R\$ 140.681). A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada a seguir:

	2024	2023
A vencer.....	12.833	13.398
Vencidos		
Até 30 dias.....	3.738	3.716
De 31 a 60 dias.....	1.198	1.076
De 61 a 90 dias.....	491	433
De 91 a 180 dias.....	702	498
Mais de 180 dias.....	413	404
Valores a faturar.....	5.933	3.893
Contas a receber de clientes.....	25.308	23.418
Agentes arrecadadores.....	1.411	1.434
Direitos a faturar.....	157	157
Total	<u>26.876</u>	<u>25.009</u>

A movimentação das perdas de créditos esperadas de contas a receber da Companhia é a seguinte:

	Saldo no início do exercício	Adições	Contas a receber baixadas por recebimento	Contas a receber baixadas como incobráveis	Saldo no final do exercício
Em 31/12/2024	(2.428)	(5.351)	4.115	281	(3.383)
Em 31/12/2023	(2.299)	(3.475)	3.015	331	(2.428)

7 Ativos de contrato	2024	2023
Saldo no início do exercício.....	2.192	4.610
(+) Adições.....	8.090	8.642
(-) Transferências – ativo intangível.....	(6.199)	(11.060)
Saldo no final do exercício.....	<u>4.083</u>	<u>2.192</u>

Refere-se aos investimentos em infraestrutura para prestação de serviços de tratamento de água e esgotamento sanitário, com pra-

zo de conclusão até dezembro de 2028. **8 Ativo de direito de uso**

	Máquinas e Veículos	equipamentos	los	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º/01/2023.....	1.936	1.291		3.227
Adições.....	679	430		1.109
Baixas.....	(50)	(1.220)		(1.270)
Saldo final em 31/12/2023.....	<u>2.565</u>	<u>501</u>		<u>3.066</u>

Amortização				
Saldo inicial em 1º/01/2023.....	(1.156)	(1.158)		(2.314)
Amortização.....	(817)	(303)		(1.120)
Baixas.....		1.219		1.219
Saldo final em 31/12/2023.....	<u>(1.973)</u>	<u>(242)</u>		<u>(2.215)</u>
Valor contábil líquido	<u>592</u>	<u>259</u>		<u>851</u>

Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º/01/2024.....	2.565	501		3.066
Adições.....	1.984	286		2.270
Baixas.....	(1.725)	(531)		(2.256)
Saldo final em 31/12/2024.....	<u>2.824</u>	<u>256</u>		<u>3.080</u>

Amortização				
Saldo inicial em 1º/01/2024.....	(1.973)	(242)		(2.215)
Amortização.....	(1.010)	(338)		(1.348)
Baixas.....	1.579	387		1.966
Saldo final em 31/12/2024.....	<u>(1.404)</u>	<u>(193)</u>		<u>(1.597)</u>
Valor contábil líquido	<u>1.420</u>	<u>63</u>		<u>1.483</u>
Vida útil (anos)	1 a 5	3		

	Sistema de água e esgoto	Direito de concessão	Softwares	Total
Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º/01/2023.....	247.442	33.503		280.945
Adições.....	744			744
Baixas.....	(76)			(76)
Transferências – ativos de contrato.....	11.060			11.060
Saldo final em 31/12/2023.....	<u>259.170</u>	<u>33.503</u>		<u>292.673</u>

Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º/01/2023.....	(112.475)	(12.698)		(125.173)
Amortização.....	(7.021)	(815)		(7.836)
Baixas.....	73			73
Saldo final em 31/12/2023.....	<u>(119.423)</u>	<u>(13.513)</u>		<u>(132.936)</u>
Valor contábil líquido	<u>139.747</u>	<u>19.990</u>		<u>159.737</u>

Custo de aquisição				
Saldo inicial em 1º/01/2024.....	259.170	33.503		292.673
Adições.....	1.797		725	2.522
Baixas.....	(229)			(229)
Transferências – ativos de contrato.....	6.199			6.199
Saldo final em 31/12/2024.....	<u>266.937</u>	<u>33.503</u>	<u>725</u>	<u>301.165</u>

Amortização acumulada				
Saldo inicial em 1º/01/2024.....	(119.423)	(13.513)		(132.936)
Amortização.....	(7.388)	(816)		(8.204)
Baixas.....	221			221
Saldo final em 31/12/2024.....	<u>(126.590)</u>	<u>(14.329)</u>		<u>(140.919)</u>
Valor contábil líquido	<u>140.347</u>	<u>19.174</u>	<u>725</u>	<u>160.246</u>
Vida útil (anos)	5 a 50	50	5	

10 Fornecedores: A Companhia mantém contratos com diversos fornecedores e empreiteiros, os quais prestam serviços e fornecem materiais para operacionalização de prestação de serviços tratamento e distribuição de água e esgotamento sanitário.

	2024	2023
Aquisição de infraestrutura	894	809
Serviços e materiais para operação	2.868	2.451
Retenções contratuais.....	147	56
	<u>3.909</u>	<u>3.316</u>

11 Passivo de arrendamento e debêntures. 11.1 Passivo de arrendamento. (a) Composição

Modalidade	Vencimentos	2024	2023
Passivo de arrendamento fev/2025 a jun/2027		1.640	1.037
Circulante		1.189	827
Não circulante		451	210
Total		<u>1.640</u>	<u>1.037</u>

As principais classes de ativos nas quais a Companhia possui arrendamentos são: veículos e máquinas e equipamentos. A taxa de desconto utilizada nos arrendamentos é a taxa incremental. Essa

11.2 Debêntures. (a) Composição

Modalidade	Encargos		Custos de transação		Saldos dos custos	
	médios anuais	Vencimentos	incorridos	a apropriar	2024	2023
Estruturado.....	13,23%	ago/ 2031	3.191	(3.012)	229.575	140.681
(-) Custos de transação.....					<u>(3.012)</u>	<u>(1.342)</u>
Total			<u>3.191</u>	<u>(3.012)</u>	<u>226.563</u>	<u>139.339</u>
Total de debêntures curto prazo.....					23.876	681
(-) Custo de transação					<u>(452)</u>	<u>(224)</u>
Circulante.....					<u>23.424</u>	<u>457</u>
Total de debêntures longo prazo.....					205.699	140.000
(-) Custo de transação					<u>(2.560)</u>	<u>(1.118)</u>
Não circulante					<u>203.139</u>	<u>138.882</u>
					<u>226.563</u>	<u>139.339</u>

(b) Movimentação	2024	2023
Saldo no início do exercício.....	139.339	108.931
(+) Novas emissões	220.000	30.000
(+) Encargos financeiros	21.854	20.884
(-) Amortização principal	(140.000)	
(-) Amortização juros	(12.960)	(20.337)
(-) Adição de custo de transação	(3.190)	(353)
(+) Amortização de custo de transação	1.520	214
Saldo no final do exercício	<u>226.563</u>	<u>139.339</u>

Em 14 de agosto de 2024, a Companhia realizou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, no valor de R\$ 220.000 com vencimento em 20 de agosto de 2031. A destinação dos recursos foi para o resgate antecipado da 1ª emissão de debêntures e para reforço de caixa. (c) **Prazo de vencimento:** O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024
2026.....	19.460
2027.....	24.072
2028.....	30.172
2029.....	36.389
2030.....	41.289
2031.....	51.757
	<u>203.139</u>

(d) **Garantias:** A Companhia busca estruturar as debêntures para realização de seus investimentos nos projetos, visando uma adequada mitigação e alocação de riscos destes projetos, contando com o necessário suporte do acionista para a sua conclusão. Neste sentido, a composição das garantias concedidas às debêntures da

taxa é fixa na data do contrato e permanece inalterada durante todo o prazo do arrendamento, as taxas utilizadas variam entre 18,30% e 19,56%.

(b) Movimentação	2024	2023
Saldo no início do exercício.....	1.037	1.031
(+) Adição de principal.....	2.270	1.109
(-) Baixas	(370)	(43)
(-) Amortização de principal.....	(1.568)	(1.320)
(+) Amortização de AVP.....	271	260
Saldo no final do exercício	<u>1.640</u>	<u>1.037</u>

(c) **Prazo de vencimento:** O montante classificado como não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

	2024
2026.....	339
2027.....	112
	<u>451</u>

Companhia é apresentada a seguir:

Classe de garantia	2024	2023
Garantia(s) de projeto	229.575	140.681
(-) Custo de transação	<u>(3.012)</u>	<u>(1.342)</u>
Total debêntures	<u>226.563</u>	<u>139.339</u>

As garantias da 1ª emissão de debêntures incluem: (i) vinculação de receita e cessão dos direitos creditórios e emergentes oriundos da concessão; e (ii) alienação fiduciária da totalidade das ações. e) **Cláusulas contratuais restritivas – Covenants:** A Companhia possui em suas escrituras de emissão de debêntures, cláusulas restritivas que obrigam o cumprimento de garantias especiais, incluindo *covenants* financeiros. A consequência pelo não cumprimento desses compromissos é a possibilidade de antecipação do vencimento da dívida. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava adimplente com as cláusulas restritivas relativas a debêntures.

12 Salários e encargos sociais	2024	2023
Benefícios	81	81
Obrigações sociais	814	812
Provisões de férias	1.624	1.547
Participação sobre os lucros (i).....	<u>2.018</u>	<u>1.956</u>
	<u>4.537</u>	<u>4.396</u>

(i) Refere-se à provisão na forma de Participação nos Lucros e/ou Resultados (Lei nº 10.101/2000) atreladas as metas individuais e metas corporativas, apurada de acordo com desempenho individual e do resultado da Companhia, sendo paga no exercício subsequente à aferição do resultado. 13 **Transações com partes relacionadas. (a) As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:**

	Taxa efetiva de juros anual	Venci-mentos	Ativo não circulante		Passivo não circulante		Custos/despesas operacionais		Resultado financeiro	Resultado financeiro
			Partes relacionadas		Partes relacionadas				2024	2023
			2024	2023	2024	2023	2024	2023		
Mútuo (i)										
BRK Ambiental	CDI + 3,77% a 4,77%	ago/ 26	83.042						2.458	
Demais partes relacionadas (ii)										
BRK Ambiental				1.777	1.666	(9.658)	(13.209)	(2.556)	(1.960)	
			83.042	1.777	1.666	(9.658)	(13.209)	(98)	(1.960)	

O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, é apurado de acordo com condições negociadas entre as partes, em conformidade com exigências legais e de acordo com as políticas internas. (i) O contrato de mútuo representa transações usuais e recorrentes, tais como coberturas de déficits operacionais de caixa, realização de investimentos e cumprimento de obrigações financeiras previstas nos contratos de financiamentos e debêntures. A remuneração e vencimento desse contrato é apresentado na tabela acima, e sua classificação entre circulante e não circulante considera o prazo de vencimento estabelecido em cada contrato, conforme critérios gerais previstos no CPC 26 (R1). (ii) Refere-se, substancialmente, aos i) contratos de rateios para compartilhamento de despesas corporativas e respectivos gastos entre a Companhia e a Controladora, sem encargos financeiros e vigência por período indeterminado; ii) contrato de repasse de garantias prestadas pela Controladora em favor das Companhia, em razão de contratos de empréstimos e/ou financiamentos, com vigência por período indeterminado. **(a) Passivo de arrendamento partes relacionadas:** O saldo de passivo de arrendamento apresentado no passivo circulante e não circulante contém transações com a parte relacionada Unidas Locações e Serviços S.A. ("Unidas"), referente a locação de veículos e equipamentos de linha amarela, utilizados em atividades operacionais com pagamento mensal no montante de R\$ 682 (2023 – R\$ 391), com vencimento em junho de 2025 a janeiro de 2026. O contrato tem duração de 5 anos. **14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos.** **(a) Composição, movimentação e expectativa de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos**

Composição no balanço patrimonial (não circulante)	2024	2023
	(8.816)	(8.630)
Passivo diferido.....		
Impostos de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções		

de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Conforme projeções elaboradas pela Administração da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a recuperação do ativo fiscal diferido e liquidação do passivo fiscal diferido existentes, conforme estimativa a seguir:

Ativo de imposto diferido	2024
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de 12 meses.....	1.135
Expectativa de realização do ativo diferido é como segue:	
2034	1.135
Passivo de imposto diferido	
Passivo de imposto diferido a ser liquidado em até 12 meses.....	(56)
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de 12 meses.....	(9.895)
Expectativa de liquidação do passivo diferido é como segue:	
2025	(56)
2026	(166)
2027	(191)
2028	(174)
2029	(113)
2030	(135)
2031	(63)
Demais anos.....	(9.053)
	(9.951)
	(8.816)

Caso haja fatores relevantes que venham modificar as projeções, essas serão revisadas durante os respectivos exercícios. Os referidos créditos são passíveis de compensações com lucros tributáveis futuros da Companhia, sem prazo de prescrição. A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o exercício, levando em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2023	Reconhecido na demonstração do resultado	Reconhecido diretamente no patrimônio líquido	Outros	2024
Ativo fiscal diferido					
Provisões	934	201			1.135
Lei 9.656 – Obrigações com benefícios pós-emprego.....	53	23	(76)		
Total ativo fiscal diferido.....	987	224	(76)		1.135
Compensação CPC 32.....	(987)			(148)	(1.135)
		224	(76)	(148)	
Passivo fiscal diferido					
Receita e custo de construção	(955)	(21)			(976)
Capitalização de juros (CPC 08).....	(1.854)	(580)			(2.434)
Diferença de taxa de amortização de ativos intangíveis	(6.795)	277			(6.518)
Arrendamento CPC 06 (R2).....	(13)	(10)			(23)
Total passivo fiscal diferido.....	(9.617)	(334)			(9.951)
Compensação CPC 32.....	987			148	1.135
	(8.630)	(334)		148	(8.816)
Total	(8.630)	(110)	(76)		(8.816)

Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos, para os prejuízos fiscais e diferenças temporárias, na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal por meio do lucro tributável futuro. **(b) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa**

efetiva: O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro da Companhia, antes do imposto de renda e contribuição social, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto de renda e contribuição social nominal aplicável aos lucros, como segue:

	2024	2023
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	36.913	21.230
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal.....	(12.550)	(7.218)
Efeito das exclusões (adições) permanentes	5.503	3.453
Incentivos fiscais.....	215	102
Doações.....	111	129
Juros sobre o capital próprio.....	5.326	2.983
Outros.....	(149)	239
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.047)	(3.765)
Composição do IR e da CS:		
Imposto de renda e contribuição social correntes.....	(6.937)	(3.956)
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	(110)	191
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7.047)	(3.765)
Alíquota efetiva.....	19,09%	17,73%

15 Provisões para riscos: As movimentações das provisões dos processos judiciais foram como segue:

	Reclamações cíveis	Riscos trabalhistas e previdenciários	Riscos tributários	Total
Em 1º de janeiro de 2024	38	310		348
(+) Provisões adicionais reconhecidas (incluindo juros e atualização monetária)	79	17	19	115
(-) Reduções decorrentes de remensuração e valores não usados, estornados.....	(22)	(50)		(72)
(-) Pagamentos	(64)	(17)		(81)
Em 31 de dezembro de 2024	31	260	19	310

O cálculo da provisão para riscos foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhistas, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais a Companhia é réu e para as quais a classificação de perda é mais provável, ou seja, acima de 50% de probabilidade de ocorrência. **(a) Processos com probabilidade de perda classificada como possível:** A Companhia é parte envolvida em outros processos judiciais em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. **Processos de natureza civil** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais, indicados como reclamações cíveis, que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de relação de consumo e responsabilidade civil, questões imobiliárias e ações que discutem o cumprimento de obrigações regulatórias, contratuais no montante de R\$ 4.983 (2023 – R\$ 4.833), representado por diversos processos. **Processos de natureza trabalhista** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista e previdenciárias. Estes processos versam, principalmente, sobre verbas trabalhistas alegadamente não adimplidas reclamadas por empregados próprios e terceirizados, que se encontram em diversas instâncias judiciais, no montante de R\$ 1.767 (2023 – R\$ 1.661), representado por diversos processos. **Processos de natureza tributária** –

Referem-se aos processos administrativos e judiciais de natureza tributária. Estes processos versam, principalmente, à cobrança de tributos, questionadas em virtude da discordância quanto à autuação ou divergência de interpretação da legislação por parte da Companhia, no montante de R\$ 1.582 (2023 – R\$ 287), representado por diversos processos. **Processos de natureza ambiental** – Referem-se aos processos administrativos e judiciais que envolvem, principalmente, reclamações decorrentes de obrigações de fazer e não fazer, com previsão de multa pelo descumprimento, além da aplicação de penalidades ambientais no montante de R\$ 9 (2023 – R\$ 11), representado substancialmente por autuações administrativas relacionadas a não cumprimento de termo de compromisso. A Administração considera ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para defesa. Segue abaixo composição dos processos possíveis:

Natureza	2024
Reclamações cíveis	4.983
Riscos trabalhistas e previdenciários	1.767
Riscos tributários	1.582
Ambiental.....	9
Total	8.341

16 Passivo atuarial. 16.1 Benefícios a empregados

	2024	2023
Passivo atuarial (Nota 16.1).....		155
Incentivos de longo prazo (Nota 16.2).....	152	79
	152	234

Plano de assistência médica pós-emprego: (i) Premissas atuariais

	2024	2023
Taxa de desconto – taxa real (NTN-B).....	7,49% a.a.	5,55% a.a.
Taxa de inflação.....	4,25% a.a.	4,50% a.a.
Taxa de inflação médica	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Aumento por idade.....	3,00% a.a.	3,00% a.a.
Taxa estimada de permanência no plano.....	15%	15%
Rotatividade	0,60 (Tempo de serviço +1)	0,60 (Tempo de serviço +1)
Tábua de mortalidade.....	AT-2000 suavizada em 10% Alvaro Vin-	AT-2000 suavizada em 10% Alvaro Vin-
Tábua de entrada em invalidez	das	das
Tábua de mortalidade de inválidos .	RRB-1944	RRB-1944
	100% aos 60 anos	100% aos 60 anos

(ii) Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício.....	155	
(+) Adição de principal.....	51	
(+) Adição de juros.....	16	
(+/-) Remensuração de ganhos (perdas) reconhecidos em outros resultados abrangentes	(222)	155
Saldo no final do exercício	155	155

16.2 Incentivos de longo prazo: O programa de incentivo de longo prazo (Programa de *Matching*) refere-se à bonificação de diretores e/ou gerentes elegíveis pela liderança da Companhia e tem como principais premissas aumentar a capacidade de atração e retenção, além de estimular o comprometimento dos elegíveis com a estratégia da Companhia, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. A duração do programa (ciclo) é de três anos com início em 2023 com possibilidade de adesões anuais seguindo o ciclo do programa. O Programa de *Matching* é facultativo e tem como base a aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento pelos elegíveis, limitado a um percentual de sua Par-

ticipação nos Lucros ou Resultados e/ou Bônus do último exercício que antecedeu o programa. Para as ações virtuais, adquiridas e mantidas por um período de três anos, a Companhia outorgará a mesma quantidade de ações virtuais adquiridas inicialmente, atualizadas pelo *valuation* da Companhia como referência. O resgate é integral e em dinheiro a título de bonificação, não sendo possível converter as ações virtuais em ações ordinárias ou preferências. Em 31 de dezembro de 2024, o valor do passivo de incentivos de longo prazo na Companhia é de R\$ 152 (2023 – R\$ 79). **17 Patrimônio líquido. (a) Capital social**

BRK Ambiental Participações S.A.	% de participação Capital social				Quantidade de ações	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
	100,00	100,00	61.742	61.742	3.403.223	3.403.223

(b) Reserva de capital: A Companhia mantém registrada reserva oriunda do aporte em seu capital social realizado em 25 de setembro de 2008. **(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social, ou até que o saldo dessa reserva, acrescido do montante de reserva de capital, exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve constituição de reserva legal a partir do resultado, pois o limite foi atingido conforme a lei das Sociedades Anônimas (2023 – R\$ 747). **(d) Retenção de lucros:** A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, conforme faculta o artigo 202, parágrafo 3º da Lei 6.404/76. **(e) Dividendos e juros sobre capital próprio:** Os dividendos estão sujeitos à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral, calculada nos termos da referida lei, em especial no que tange ao disposto nos artigos 196 e 197 da Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social, aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação brasileira. Em 25 de abril, 29 de agosto, 23 de setembro, 27 de novembro e 12 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária o provisionamento de juros sobre capital próprio aos acionistas, no montante de R\$ 7.534, R\$ 1.912, R\$ 1.112, R\$ 2.866 e R\$ 2.240, os quais foram pagos no exercício de 2024. Em 26 de junho de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 7.230, oriundos do resultado apurado em maio de 2024, o qual foram pagos em 27 de junho de 2024. Em 26 de setembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 2.840, sendo R\$ 119 oriundos do resultado apurado em agosto de 2024 e R\$ 2.721 oriundos do resultado de anos anteriores, o qual foram pagos em 27 de setembro de 2024. Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia aprovou em Assembleia Geral Extraordinária a distribuição de dividendos no montante de R\$ 3.470, oriundos do resultado apurado em novembro de 2024, o qual R\$ 3.450 foram pagos em 27 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2024, a administração da Companhia não provisionou bem como não propôs a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro após a constituição de incentivos fiscais, pois a distribuição intermediária excedeu o valor de mínimos obrigatórios. **(f) Lucro básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o exercício. Adicionalmente, a Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2024	2023
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	29.866	17.465
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares).....	3.403	3.403
Lucro básico por ação	8,78	5,13

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o lucro básico e o diluído por ação são iguais. **(g) Ajuste de avaliação patrimonial. Obrigações com benefícios pós-emprego:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi realizada a remensuração no montante de R\$ 146 (2023 – R\$ (102)), através de avaliação realizada por atuários independentes, com os valores registrados em outros resultados abrangentes e as despesas foram registradas como despesas financeiras e despesas de serviços (Nota 16.1 (ii) e 14 (a)). **18 Resultado do exercício. (a) Receita:** A reconciliação das receitas brutas auferidas é conforme segue:

	2024	2023
Receita de água	84.547	73.848
Receita de esgoto	61.487	54.262
Receita de vendas.....	2.629	2.154
Receita de construção	9.658	9.872
Outros serviços.....	1.330	1.602
	159.651	141.738
Impostos e contribuições sobre serviços e vendas	(13.690)	(11.815)
Abatimentos e cancelamentos.....	(1.989)	(1.297)
	143.972	128.626

(b) Despesa por natureza		
Classificadas por natureza:		2024 2023
Custo de construção (i)	(9.465)	(9.683)
Pessoal		
Remunerações.....	(13.389)	(13.407)
Encargos sociais e trabalhistas.....	(3.964)	(4.471)
Benefícios	(6.202)	(6.674)
	(23.555)	(24.552)
Materiais	(5.548)	(5.657)
Serviços		
Aluguéis e condomínios	(3.250)	(4.619)
Energia elétrica	(7.423)	(7.519)
Manutenções	(5.650)	(3.263)
Auditorias, consultorias e assessorias.....	(1.462)	(1.713)
Serviços pessoa física e jurídica	(4.250)	(2.587)
Outros	(64)	(1.125)
	(22.099)	(20.826)
Tributos, taxas e contribuições	(5.731)	(5.491)
Partes relacionadas (Nota 13)	(9.658)	(13.209)
Depreciação e amortização	(9.552)	(8.956)
Viagens	(171)	(249)
Perdas de créditos esperadas.....	(1.236)	(460)
Outras	(1.046)	(61)
	(88.061)	(89.144)

Classificadas por função:		
Custo dos serviços prestados e vendas.....	(61.759)	(59.763)
Gerais e administrativas.....	(26.423)	(29.377)
Outras receitas (despesas)	121	(4)
	(88.061)	(89.144)

(i) O custo de construção é composto, basicamente, por serviços de terceiros, mão de obra, materiais e outros custos necessários para formação da infraestrutura do contrato.

(c) Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	4.712	6.071
Partes relacionadas (Nota 13)	2.458	
Variações monetárias	39	22
Juros e multa sobre atraso de pagamento	1.843	1.281
(-) Tributos sobre receitas financeiras (Pis e Cofins)	(421)	(343)
Outras	1	1
	<u>8.632</u>	<u>7.032</u>

Despesas financeiras		
Juros e variações monetárias	(21.854)	(20.884)
Partes relacionadas (Nota 13)	(2.556)	(1.960)
AVP	(271)	(260)
Multa por atraso de pagamento		(11)
Juros obrigações com benefícios pós-emprego	(16)	
Descontos concedidos	(605)	(917)
Outras	(2.328)	(1.252)
	<u>(27.630)</u>	<u>(25.284)</u>

Resultado financeiro, líquido (18.998) (18.252)

19 Seguros: A identificação, mitigação, gerenciamento de riscos e contratação de seguros são tratados na Companhia obedecendo a parâmetros e coberturas estabelecidas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía seguros contratados, substancialmente, para a cobertura de prédios e instalações, garantias dos contratos assinados referente à prestação de serviços, além de cobertura de responsabilidade civil, risco ambiental, para riscos de engenharia, riscos operacionais e garantia de cumprimento de obrigações do contrato de concessão, resumidos como segue:

Tipo de cobertura	2024	2023
Garantia de contrato	4.033	2.655
Responsabilidade civil (i)	50.000	50.000
Risco ambiental (i)	130.000	130.000
Risco de engenharia	10.669	13.709
Riscos operacionais (ii)	400.000	400.000
Veículos	250	250

(i) A contratação do seguro é realizada em apólice única, considerando os riscos de toda a operação da BRK Ambiental e suas controladas no território nacional, o valor limite de cobertura é compartilhado por toda a operação podendo ser utilizado por uma ou mais empresas ao longo da vigência do contrato. (ii) A contratação do seguro é realizada em apólice única, considerando os valores de ativos da BRK Ambiental e suas controladas, os quais são declarados individualmente na apólice e o valor máximo indenizável é o montante declarado em ativos da respectiva Companhia. **20 Operações que não afetaram caixa (demonstrações dos fluxos de caixa):** No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram realizadas operações que não envolvem caixa nas demonstrações do fluxo de caixa, as quais demonstramos as principais a seguir:

Total de adições dos ativos de contrato e intangível (Nota 7 e 9)	2024
	10.612
Itens que não afetam caixa (ver composição a seguir) ...	(278)
Total das adições no intangível conforme demonstração do fluxo de caixa	10.334

Transações de investimento e financiamentos que afetaram o intangível, mas não envolveram caixa:

Fornecedores a pagar	(85)
Margem de construção do exercício	(193)
Total	<u>(278)</u>

DIRETORIA:

Ricardo Antonio E Alexandre Maia Santiago;
Vinicius Cristiane Barbosa

Contador:

Adelmo da Silva de Oliveira – CRC/BA 028385/O-6

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras.

Aos Administradores e Acionistas da BRK Ambiental - Cachoeiro de Itapemirim S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da BRK Ambiental – Cachoeiro de Itapemirim S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos.** *Auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023:* As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 28 de março de 2024 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individual-

mente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida sig-

nificativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de março de 2025.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Hudson Souza Martins - Contador
CRC nº 1 SP 280390/O-2
